Aula 9

A CRÍTICA EXTERNA DOS DOCUMENTOS

META

Demonstrar o recurso da crítica realizada no tratamento de documentos históricos.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
avaliar a função da crítica externa aos documentos históricos.

PRÉ-REQUISITO

Noções sobre pesquisa histórica, fontes, documentos e arquivos.

Petrônio Domingues

INTRODUÇÃO

Vimos que a história se faz com fontes e nem sempre estas fontes chegam às mãos do historiador por vias seguras. Vimos também que existem disciplinas que auxiliam o historiador em sua pesquisa a depender de seu objeto. Nesta aula, veremos que, além das disciplinas auxiliares e de algumas ciências, como Antropologia, Sociologia, etc., o historiador também poderá contar com a crítica externa dos documentos, também conhecida como "crítica de erudição", pois é no seu âmbito que mais se utiliza da erudição apoiada nas "disciplinas auxiliares da história".

León Tróstki (1879-1840) organizou o Exército Vermelho durante a Revolução Russa (1917). A morte de Lênin, em 1924, desencadeia uma luta pelo poder entre Trótski e Josef Stálin (1878-1953 . Pesquisas recentes apontaram que Trótski foi apagado de alguns registros fotográficos da Revolução, como no exposto abaixo.

León Trótski (Fonte: http://www.algosobre.com.br/images/stories/assuntos/biografias/LeonTrotski.jpg).

Vladimir I. Lênin (Fonte: http://www.historiadomundo.com.br/imagens/idadecontemporanea_revolucaorussa3.jpg)

CRÍTICA EXTERNA

O princípio da crítica externa consiste, inicialmente, em determinar se um documento é autêntico ou falso, no todo ou em parte: isto se faz comparando-o com outros documentos da mesma época já conhecidos como autênticos, ou, na falta destes, com o contexto sócio-cultural da época em questão. Em seguida, trata-se de restabelecê-lo em sua forma primeira, no caso de ter sofrido alterações, de localizá-lo no tempo e no espaço, e de terminar a sua autoria.

A crítica de restituição é um controle detalhado do texto documental, no sentido de restaurá-lo em seu estado original, pelo preenchimento de lacunas, pela correção de erros de cópia, pela eliminação de interpolações feitas por sucessivos copistas. Não podemos esquecer de que grande número de fontes escritas (principalmente antigas e medievais) só nos são acessíveis em forma de cópias. Os originais, decerto, perderam-se no tempo.

Da mesma forma de que "quem conta um conto, acrescenta um ponto", as cópias diversas de um mesmo documento podem apresentar divergências ou contradições entre si, e o historiador que as examina deve optar por alguma das variantes em cada caso. Os erros são descobertos por causarem incorreções gramaticais (levando-se em conta os usos do autor e da língua como se apresentava na época da redação original do texto), contradições, absurdos, anacronismos – por exemplo ao atribuir a um autor ou época conhecimentos de que não podiam dispor. As interpolações são detectadas em forma semelhante. O modo de realizar a crítica de restituição passa pelo estabelecimento da genealogia das cópias disponíveis de um mesmo documento, e pelo confronto sistemático de tais cópias entre si.

Outra operação é a crítica de procedência, cuja finalidade é determinar, quando necessário, a data, o lugar de origem e a autoria de dada fonte. Há numerosos documentos que nunca foram datados; as datas podem perder-se; e há também problemas relacionados a conversões de um a outro calendário, a datas incompletas, etc. A Peleografia, que estuda as formas de escrever e os suportes materiais da escrita na sua transformação temporal, é aqui de grande valia. No caso de documentos descobertos ao escavar, recorre-se à estratigrafia ou a métodos de datação (químicos, baseados no carbono 14, etc.). Outro modo de estabelecer a data é pela menção, na fonte, de fatos já datados em outros lugares: o confronto entre documentos é aqui – como em todos os aspectos da crítica histórica – algo essencial.

A determinação do lugar de origem de um documento pode às vezes ser feita levando em conta as particularidades lingüísticas e dialetais. Por outro lado, no caso de fontes materiais – moedas, cerâmica etc. –, o fato de

Monges copistas (Fonte: http://spectrumgothic.com.br/gothic/livros03.jpg).

encontrar objetos característicos de dada cultura no território de outra é historicamente relevante, ao indicar comércio e contato culturais. Convém, por outro lado, também interpretar a "origem" num sentido social além do geográfico: os centros de interesse revelados pelo texto "denunciam" o grupo social responsável por sua elaboração.

Finalmente, mesmo nos livros impressos mais antigos existe o perigo de que se percam as indicações relativas ao autor, pois, quando constam, se acham, ou nas primeiras ou nas últimas páginas, que são as partes mais vulneráveis de um volume ao se deteriorar. Existem também problemas de textos anônimos, assinados com pseudônimos, apócrifos, falsamente atribuídos a um autor, etc. O exame do modo de escrever, da gramática e do estilo, e elementos de identificação contidos no texto, às vezes permitem o estabelecimento da autoria correta.

A finalidade da classificação crítica dos textos é distinguir os testemunhos diretos dos indiretos, sendo os primeiros considerados fontes mais importantes, como é natural. Testemunhas oculares de um fenômeno ou processo não o vêem, habitualmente, do mesmo ângulo e, portanto, não o descrevem com palavras idênticas: quando isto ocorre, ou através de erros comuns, detectamos casos de cópia de uma fonte por outra. A comparação e genealogia dos documentos são aqui, de novo, modos centrais de proceder.

CONCLUSÃO

Que posição ocupa na atualidade a crítica externa?

Como o historiador não pode trabalhar com dados que não sabe se são autênticos, nem com fontes cujo assentamento no tempo, no espaço e quanto à sua autoria (ou pelo menos seus vínculos com certos grupos sociais) seja desconhecido ou inseguro, a crítica externa continua sendo tarefa primordial sempre que necessário. Não há dúvida, porém, de que se desenvolveu muito mais voltada para problemas que surgem com mais freqüência em História Antiga e Medieval. Os historiadores de períodos mais recentes terão menos oportunidade de recorrer a ela, por tornar-se mais rara a dúvida quanto a autenticidade e procedência. Já a classificação crítica dos testemunhos sempre terá de ser feita.

Por outro lado, certas mudanças essenciais na maneira de trabalhar dos historiadores não deixam de afetar a crítica externa. Ela assume características peculiares quando se trabalha com fontes numéricas ou usadas em forma estatística ou quantificada. E, no caso de fontes de tipo repetitivo, como assentamentos cartoriais (inventários, testamentos) ou paroquiais (batismos, matrimônios e óbitos), não será importante determinar a autoria.

ATIVIDADES

Consultar um documento. Consultar o arquivo do Judiciário/PDPH.

RESUMO

A crítica externa consiste em determinar se um documento é autêntico ou falso, no todo ou em parte. Temos a crítica de restituição – que é um controle detalhado do texto documental, no sentido de restaurá-lo em seu estado original, pelo preenchimento de lacunas, pela correção de erros de cópia, pela eliminação de interpolações feitas por sucessivos copistas – e a crítica de procedência – que determina, quando necessário, a data, o lugar de origem e a autoria de dada fonte.

REFERÊNCIAS

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica**. Bauru: Edusc, 2006.
CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 55-58.